

Diário do Legislativo de 18/07/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 - ERRATA

ATAS

ATA DA 34ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Às quinze horas do dia vinte e oito de junho de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Brandão, Cabo Morais, Cristiano Canêdo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A finalidade da reunião é apreciar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.511/2001, do Governador do Estado, que altera os arts. 2º e 23 da Lei nº 10.366, de 28/12/90, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM. Com a palavra, o Deputado Cristiano Canêdo, relator da proposição, emite seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Os Deputados Sargento Rodrigues e Cabo Morais solicitam a palavra, cada um por sua vez, para fazer declaração de voto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2001.

Eduardo Brandão, Presidente - Cabo Morais - Sebastião Navarro Vieira - Cristiano Canêdo.

ATA DA 27ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de meio ambiente e recursos naturais

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Milton, Fábio Avelar, Maria José Hauelsen e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Milton, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a situação do Projeto Promata e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, o Presidente convida a tomar assento à mesa os Srs. Ana Lúcia da Costa Pereira e Hugo José Leitão, respectivamente, Assessora-Chefe e Assessor de Planejamento e Controle do IEF; Gisela Herrmann, Superintendente Técnica da Fundação Biodiversitas, e Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da AMDA. O Presidente passa a palavra à Deputada Maria José Hauelsen, autora do requerimento que motivou a reunião, para as considerações iniciais, e, em seguida, aos convidados, cada um por sua vez, os quais participam de amplo debate sobre o assunto, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2001.

José Milton, Presidente - Antônio Andrade - Miguel Martini - Fábio Avelar.

ATA DA 40ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de redação

Às quatorze horas e trinta minutos do dia três de julho de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Glycon Terra Pinto, Aílton Vilela e Dimas Rodrigues (substituindo os dois últimos aos Deputados Amílcar Martins e Paulo Pettersen, por indicação das Lideranças do PSDB e do PMDB, respectivamente), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Glycon Terra Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Aílton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e distribui ao Deputado Aílton Vilela os Projetos de Lei nºs 168, 493, 607 e 741/99, 901, 1.025, 1.052, 1.235, 1.314 e 1.321/2000 e ao Deputado Dimas Rodrigues os Projetos de Lei nºs 858/2000, 1.448, 1.500, 1.502, 1.517, 1.519, 1.524, 1.545 e 1.552/2001. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 168, 493, 607 e 741/99, 901, 1.025, 1.052, 1.235, 1.314 e 1.321/2000 (relator: Deputado Aílton Vilela). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre matérias de deliberação conclusiva da Comissão. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 858/2000, 1.448, 1.500, 1.502, 1.517, 1.519, 1.524, 1.545 e 1.552/2001 (relator: Deputado Dimas Rodrigues). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Ailton Vilela - Geraldo Rezende - Djalma Diniz.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

262ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 3/7/2001

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ilustres visitantes, nesta tarde, tratarei de três assuntos. O primeiro, apesar de causar-me indignação, poderia ter sido bem pior. Refiro-me à decisão, por parte da CEMIG e da Prefeitura da Capital, de proceder ao racionamento de energia elétrica no Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Sei que esse assunto é um pouco enfadonho para os Deputados, já que venho me debruçando sobre ele há bastante tempo. Como todos sabem, o nosso papel é defender aqueles que aqui nos colocaram e, portanto, esperam que os representemos. Evidentemente, não podemos nos cansar de lutar por essas questões.

Desde que foi anunciado o plano nacional de racionamento, ocupamos esta tribuna para protestar contra o apagão no Anel Rodoviário de Belo Horizonte. O blecaute geral naquele Anel ainda não aconteceu, porque temos feito todos os esforços para impedir essa ação nefasta da Prefeitura de Belo Horizonte e da CEMIG, tudo em nome de uma contenção no consumo urbano de energia que já foi atingida. Temos notícia de que Belo Horizonte está 5% acima da meta imposta pela Câmara de Gestão da Crise Energética. É bom frisar que essa crise está acontecendo por total incompetência do Governo Federal, que permitiu o gradual e criminoso esvaziamento das barragens de nossas usinas hidrelétricas.

Vemos que todos os esforços feitos por este Deputado e pelos companheiros que nos deram apoio tiveram, de certa forma, peso no não-desligamento imediato do Anel. A data inicial seria 3/6/2001, mas o desligamento está marcado para começar às 11h30min da noite de hoje, 3/7/2001. E deverá ser parcial, e não, total, como foi fartamente anunciado pela CEMIG e pela Prefeitura. Serão mantidas acesas as luzes de todos os trevos do Anel, como os do Shopping Del Rey, do Bairro São Paulo, do Viaduto São Francisco, do Bairro Califórnia e da Av. Amazonas. Fazemos coro com o pessoal da Polícia Rodoviária Federal e exigimos que os 15 postes do Km 25, próximo ao acesso a Sabará, no Bairro Nazaré, sejam mantidos ligados. Aquela região apresenta altos índices de atropelamento, exatamente porque falta ali uma passarela, prometida pela Prefeitura de Belo Horizonte, por meio de acordo assinado em setembro de 1995. Os moradores da região tentam, a qualquer hora do dia, cruzar aquele trecho, numa corrida contra a morte. E, se faltar luz no Km 25, nobres colegas, certamente as mortes aumentarão, e quem assumirá a responsabilidade por elas?

Quero, nesta tribuna, fazer um apelo ao Presidente desta Casa para que faça chegar ao Governador do Estado - mais uma vez, já que tive oportunidade de entregá-lo ao Governador Itamar Franco - o convênio que nós, do Movimento SOS Anel Rodoviário, em setembro de 1995, assinamos com o Governo do Estado, com o Governo Federal, por intermédio do DNER, e com a Prefeitura de Belo Horizonte. Nesse documento, comprovamos fartamente que, com a iluminação dos 26km, feita pelo Governo do Estado, diminuímos em mais de 40% os acidentes no Anel Rodoviário.

Sr. Presidente, quero deixar registrada em ata, na tarde de hoje, a seguinte pergunta: quem vai responder pelo provável aumento dos acidentes a partir do apagão no Anel Rodoviário de Belo Horizonte? Quero saber se será o Governador do Estado, se será o Prefeito da cidade, se será o Ministro dos Transportes. É evidente que não sou apologista de uma situação mais grave, mas tenho a obrigação de, prudentemente, dizer e insistir que comprovamos que diminuímos em mais de 40% o índice de acidentes após a iluminação. E, infelizmente, sou obrigado a prever que, provavelmente, os acidentes no Anel Rodoviário aumentarão com o apagão.

Fica, mais uma vez, este registro, e tenho certeza de que falo em nome de todos os Deputados.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz a esta tribuna também nos deixa indignados: é a repetição de acidentes com composições da Ferrovia Centro Atlântica. Oito vagões, transportando soja de Goiás para o Espírito Santo, descarrilaram em Belo Horizonte, no pátio da Ferrovia, em General Carneiro, da mesma forma que no acidente anterior. Nós, nesta tribuna, denunciávamos que a Ferrovia tinha a obrigação de fazer investimentos ao longo desses trechos para que acidentes não mais ocorressem. Os moradores da Zona Leste reclamam, com toda a razão, da falta de segurança com as manobras dos trens da Ferrovia Centro Atlântica. Já realizamos uma audiência pública para tratar desse assunto, na qual sugerimos procedimentos de segurança nessa Ferrovia. Mas a Ferrovia Centro Atlântica resiste em adotar ações que evitem acidentes como o de ontem, que não causou danos físicos ou patrimoniais aos moradores de General Carneiro. O acidente não terminou em tragédia por muito pouco, pois a composição trafegava em baixa velocidade. O mesmo não poderemos dizer amanhã quando outro trem da Ferrovia Centro Atlântica passar naquele local ou em outros trechos fora das dependências da empresa. Apenas no ano passado, ocorreram 11 acidentes naquele trecho, de apenas 28km. A Ferrovia Centro Atlântica tem que construir, o mais rápido possível, um desvio que possibilite maior segurança na manobra de seus trens naquela região. Com esse fim, estamos enviando ofício à diretoria da Ferrovia Centro Atlântica, exigindo explicações quanto à imediata construção do desvio que poderá pôr fim aos constantes acidentes na região. Caso a empresa protele mais uma vez, vamos estudar o assunto junto ao Ministério dos Transportes, pedindo a intervenção federal nessa Ferrovia. Vejo aqui o ilustre Deputado Álvaro Antônio, que presidia na oportunidade a Comissão de Transporte, que nos possibilitou fazer uma audiência pública e trazer aqui a Ferrovia Centro Atlântica para conversarmos sobre esses inúmeros acidentes. Ela se comprometeu com a comunidade belo-horizontina, especialmente com a comunidade da Zona Leste, em fazer melhorias naquele trecho. Infelizmente, até agora, muito pouca coisa ou nada foi feito.

Estamos aqui, em nome da população e dos moradores da região Leste da cidade, para denunciar o descaso dessa Ferrovia, que insiste em não fazer aquilo com que se comprometeu conosco nesta Casa, junto aos moradores, a fim de minimizar os problemas daquela região. Portanto, trago, mais uma vez, essa denúncia. Estamos procurando o Ministério Público e o Ministério dos Transportes para exigir respeito para com a população belo-horizontina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro assunto que me traz a esta tribuna é, também, uma falta de respeito muito grande. Nos anos 70, os governantes militares de plantão, apoiados por boa parte da mídia, vangloriavam-se de viver num País jovem, em que a esmagadora maioria da população estava abaixo dos 15 anos de idade. De lá para cá, muita coisa mudou, principalmente porque chegou ao fim o governo militar, e a democracia brasileira foi restaurada; hoje, escolhemos diretamente todos os dirigentes públicos. Da mesma forma, podemos fazer pressão para mandar para casa os políticos ou dirigentes que usam de meios ilícitos para obter benefícios para si ou para outros.

Vivemos momentos cruciais em termos econômicos e sociais, mas conquistamos a liberdade de expressão. Ter cidadania plena é não aceitar imposições goela abaixo, como tentou e ainda tenta, a todo o momento, o Governo Federal. O plano de racionamento de energia, que pune duplamente todos os cidadãos, é um exemplo dessas imposições "anticidadãs".

Apesar dos que insistem em impor aos brasileiros modelos ditados por instituições internacionais, o País hoje está melhor. Já não somos uma Nação tão jovem. Pelo contrário, as campanhas de controle de natalidade, instituídas pelos governos militares sob a coordenação de organizações estrangeiras, e a disseminação desenfreada de anticoncepcionais reduziram sensivelmente a população brasileira. A fecundidade caiu de 6,2% para 2,4%, em 1997. Por meio de dados fornecidos pelo IBGE, constatamos que esse resultado acarretou grande impacto sobre a estrutura etária, reduzindo continuamente a proporção de crianças e jovens.

Proporcionalmente à queda da mortalidade infantil, ocorre o prolongamento da expectativa de vida dos brasileiros. Assim, ainda segundo o IBGE, a Tábua de Vida de 1998, referente a uma pessoa de 40 anos, seria de mais 33 anos de vida, enquanto aquela com 60 anos viveria, em média, mais 17 anos.

A população acima dos 60 anos cresce de forma geométrica, o que, de certa forma, mostra a melhoria na qualidade de vida, o que prolonga a existência das pessoas, mas, ao mesmo tempo, traz preocupações; por exemplo, o respeito aos direitos e às garantias fundamentais dos mais velhos, os quais, infelizmente, não são acatados.

Foi pensando nessa situação que apresentamos o Projeto de Lei nº 1.611/2001, que será discutido na Comissão de Constituição e Justiça. Nossa proposição dispõe sobre a prioridade de tramitação de procedimentos administrativos, direta ou indiretamente, para todos os mineiros ou residentes em Minas com idade igual ou superior a 65 anos. Trocando em miúdos: estamos tentando devolver aos mais velhos o direito de utilizar imediatamente os benefícios que as instituições públicas ou privadas deveriam lhes garantir.

Dessa maneira, uma pessoa que está aguardando a remoção de uma escola ou de uma cidade para outra, aguardando a resolução de sua transferência, de revisões pensionais ou

salariais, de aposentadorias irregulares e ações indenizatórias, entre outros direitos individuais, terão, após a aprovação dessa lei, prioridade total de atendimento, ou seja, sairão do final para o início da fila.

Sabemos que a Justiça está abarrotada de processos, o que não justifica que esses cidadãos sejam atendidos ou não somente após a morte. Em nosso gabinete, mais de 50% dos pedidos são para liberação de verbas retidas pelo Governo. Este é o caso, só para citar alguns, de Maria Onofre Freitas, de Pitangui; Luis Pavão, de Nanuque; Joanny Henrique de Morais, de Varginha; Maria Nadege Andrade Moura, de Belo Horizonte. Todos esses cidadãos lutam há anos para que soluções sejam tomadas com maior urgência. É essa a nossa intenção com o Projeto de Lei nº 1.611/2001; contamos com o apoio de todos os colegas à sua aprovação.

O Deputado Álvaro Antônio (em aparte)* - Deputado Márcio Cunha, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa., que, aliás, tem demonstrado preocupação especial quanto à Capital mineira. É justo, porque V. Exa. foi Vereador por Belo Horizonte durante 16 anos. Com relação ao anel rodoviário, concordo com V. Exa. até determinado ponto, porque não lhe podemos dar um tratamento só e todo especial. Acredito que alternar a iluminação dessa importante via, aliás, a única via expressa que temos, já seria uma contribuição para a economia de energia. A preocupação é válida. Mas temos outros corredores importantes na cidade, como a Avenida Amazonas, a Rodovia 381, que vai para São Paulo, e a BR do Rio de Janeiro. Temos que achar um denominador comum para tratamento dessas vias.

Com relação ao problema da Ferrovia Centro Atlântico, a diretoria da empresa compareceu a uma audiência pública realizada pela Comissão de Transportes e prometeu tomar todas as providências necessárias para diminuir os acidentes. A Centro Atlântico não tem nenhum órgão fiscalizador. A RFF está sendo extinta. Preocupamo-nos com tais empresas, porque o Governo Federal pode não cuidar da fiscalização dessas entidades, que estão sendo privatizadas. Temos que ficar atentos a isso.

O Deputado Márcio Cunha* - Muito obrigado.

Quero agradecer ao ilustre Deputado Olinto Godinho, que, neste momento, preside a sessão e sempre apoiou as nossas iniciativas em Belo Horizonte, como a questão do anel rodoviário. O Presidente sabe que preocupamo-nos com o anel porque o Governo Federal e a Prefeitura não cumpriram a sua parte no acordo. Portanto, o Deputado Olinto Godinho sabe que o Deputado Álvaro Antônio tem razão em parte. Mas a Avenida Amazonas já se encontra bem sinalizada, e o seu piso está bom. Não está na mesma situação em que se encontra o anel rodoviário.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Arlen Santiago* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas que se encontram nas galerias, telespectadores, vamos tratar de dois assuntos. Primeiro, vamos falar sobre os 144 anos de Montes Claros, vovô centenária, a capital do Norte de Minas. Por isso, tem atraído algumas desvantagens, como um pouco do êxodo rural. Aos 300 mil habitantes de Montes Claros, os nossos parabéns por estar trabalhando e construindo aquela capital. Às pessoas do Norte de Minas, os nossos parabéns, porque acredito que quase a metade da população de Montes Claros seja oriunda de outros lugares.

Sabemos, no entanto, que Montes Claros vive um problema grave. Tramitam, no fórum, várias denúncias que precisam de respostas: denúncias de grandes compras de medicamentos sem licitação, com entrega até oito meses depois da compra; denúncias de empresas que participaram de licitações a convite da Prefeitura, e o dono de uma empresa é marido da dona da segunda empresa e é pai e mãe do dono da terceira empresa; publicações de jornais de outros Estados já demonstraram os resultados. Portanto, pelos 144 anos de Montes Claros, cumprimentamos a população e pedimos à justiça e à Promotoria Pública que avaliem com carinho tais suspeitas de irregularidades.

Hoje gostaria de falar para o Governador Itamar Franco e o Vice-Governador Newton Cardoso. Ambos, sabedores da situação grave em que se encontra a população do Norte de Minas, com falta de água, perda de 80% da agricultura familiar, fizeram com que, no dia 2 de abril, fosse lançado o programa emergencial de combate à seca. Ele distribui, com recursos do Governo Estadual, cestas básicas, para amenizar a fome, mas já deveria ter liberado vários caminhões-pipa, porque há muita gente sem água até para abastecimento humano, além de equipamentos de vários poços artesianos. Acontece, Governador Itamar Franco e Vice-Governador Newton Cardoso, que a burocracia de algumas Secretarias tem feito com que eles não sejam liberados, porque, até hoje, não chegou à COPASA a dotação orçamentária com que será conduzido o Programa. Os convênios com os donos dos caminhões-pipa só poderão ser assinados quando houver a dotação orçamentária. Já estive na COPASA hoje, já liguei para o Secretário José Augusto Trópia, falei com sua amável Chefe de Gabinete, D. Helenice, já falei com o Secretário de Obras, Marco Antônio. A informação que temos é a de que a Procuradoria iria despachar o documento hoje e levá-lo ao Governador. Queremos acreditar que essas colocações sejam verdadeiras e hoje o documento chegue a suas mãos. Caso não chegue, Governador Itamar Franco e Vice-Governador Newton Cardoso, gostaríamos que os senhores, a partir do nosso pronunciamento, cobrassem a quem de direito que essa burocracia fosse resolvida e o Programa fosse imediatamente implantado.

Depois que a dotação tiver sido feita, a COPASA receberá os dados das pessoas que estão em campo, levantando as prioridades dos municípios, e os caminhões-pipa poderão ter os convênios assinados. Agora, a situação é extremamente dolorosa e emergencial, e alguns poucos foram liberados, porém com a verba da COPASA, e não com a de emergência.

Governador Itamar Franco e Vice-Governador Newton Cardoso, fica o nosso recado: que as pessoas tão assoberbadas de serviço agilizem esse processo burocrático e o liberem neste mês de julho. Ressalto que a Comissão de Defesa Civil tem feito um excelente trabalho, com a entrega de cestas básicas e a busca de doações da população de Belo Horizonte, que tem sido tão solidária com o Norte de Minas. Esperamos que a burocracia seja vencida e aquele povo possa receber, simplesmente, água para beber, manter a família e sobreviver naqueles rincões, até que cheguem as próximas chuvas.

Está dado nosso recado, em nome de uma população que está sofrendo muito, pois, certamente, a pessoa em que o papel pára, graças à burocracia estatal, não sabe o tamanho do sofrimento de uma senhora que coloca uma lata d'água na cabeça e caminha 10km; um caminhão-pipa, logo que essa burocracia terminar, poderá amenizar tal sofrimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje, pela manhã, iniciei minhas palavras fazendo uma homenagem aos 144 anos de emancipação político-administrativa de Montes Claros, a qual renovarei neste início de tarde. Temos realmente que renovar essa homenagem aos 144 anos da quinta maior cidade de Minas, nesse momento especial em que a cidade sofre muito pela falta de uma administração que volte suas vistas para os graves problemas de grande parte daquela população.

Desde que comecei a vida pública, há 27 anos, com a base política naquela cidade, fui o Vereador mais votado de sua história; Deputado majoritário na última eleição; seu Prefeito por duas vezes; Deputado Federal; Deputado Estadual; e, por isso, conheço bem a alma e o sofrimento desse povo.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos assistindo a uma absoluta falta de governo e interesse da Prefeitura, instalada em um prédio majestoso, que tivemos a honra de construir e que está abandonado, sem que o povo nada tenha que fazer lá dentro. Não existe nenhum projeto, programa ou obra de vulto. Para se ter uma idéia, a atual administração, em seu segundo mandato, até agora, não conseguiu inaugurar uma obra sequer que tenha iniciado.

Deixamos o setor de saúde funcionando, com uma estrutura montada e uma fábrica de genéricos produzindo 25 qualidades de medicamentos, muito antes de se falar nesse tipo de remédio no Brasil, mas, hoje, desmantelaram o setor e, em seu lugar, não colocaram nada: os postos de saúde da cidade não estão em funcionamento.

Portanto, no aniversário dos 144 anos de Montes Claros, faço uma homenagem ao povo dessa cidade, por estar resistindo bravamente à falta de governo. Esperamos que, em breve, esse sofrimento acabe. Receba o povo de Montes Claros, através das ondas da TV Assembléia, a nossa homenagem pela resistência, luta e dificuldades, como o desemprego, que vem enfrentando.

Apesar disso, o montes-clarenses tem aquele sentimento de mineiridade e de muita confiança. Expectativa maior estão tendo o Norte de Minas e o Jequitinhonha com relação a uma

obra que está prestes a se iniciar, provocando, em suas proximidades, grande rebuliço e entusiasmo. Refiro-me à Barragem de Irapé. Nesse fim de semana, visitei a cidade de Turmalina, mais especialmente o Distrito de Caçaritaba, que, muito breve, será banhado pelas águas da futura barragem. Seja em Josenópolis, que fica do lado esquerdo do rio Jequitinhonha, seja em Grão-Mogol, em Cristália, seja na margem direita, em Berilo, em Turmalina, em Caçaritaba e em outras cidades ao redor, percebemos que há grande expectativa, não apenas pelos empregos que serão gerados, mas também pelo futuro do Norte de Minas, com o aporte de energia elétrica nesse momento de apagão, e ainda pela possibilidade de irrigação de milhares de hectares daquela região. Trata-se de expectativa positiva que está sendo levada em conta pelo Governo Itamar Franco e Newton Cardoso.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta oportunidade, parabenizamos esta Casa por ter aprovado, na semana passada, um projeto de lei de nossa autoria, transformando em lei o decreto que cria a APA-Sul, Área de Proteção Ambiental Sul. Esse projeto estava pronto para ir a Plenário, mas, por falta de vontade política, ficou paralisado. Eis que, lamentavelmente, ocorreu o rompimento da barragem em Macacos, e cinco operários foram soterrados. Toda a opinião pública, na expectativa de medidas concretas, levantou-se. Esta Casa, que estava com esse projeto para ser votado, colocou-o logo em votação. Contamos com a participação do Deputado Fábio Avelar, a quem agradeço. No dia, estava em Alfenas, com a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, acompanhando denúncias de corrupção e de tortura que estavam acontecendo na cadeia pública daquela cidade, ocasião em que tive a alegria de saber que foi aprovado esse projeto de nossa autoria, em 2º turno. Hoje, irá para a redação final. Finalmente, haverá uma lei para ordenar o funcionamento do meio ambiente na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, será realizado o chamado zoneamento ecológico e econômico, que nada mais é que um projeto amplo para dispor sobre aquelas áreas, que terão o incentivo para algumas atividades e o não-incentivo para outras. Por exemplo, é certo que as mineradoras não terão esse incentivo, porque não há mais lógica para esse trabalho em quantidade e, sobretudo, em profundidade na RMBH. Por outro lado, as atividades turísticas serão incentivadas, porque essa região é carente de opções de lazer.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, trago um assunto como tema de fundo do meu pronunciamento, que diz respeito a essa viagem feita pelo Governador Itamar Franco ao Sul do País. Já falei sobre isso nesta Casa, pelas vozes de pessoas que têm usado o ódio como argumento maior. Esse assunto já foi ventilado inúmeras vezes por pessoas que, em vez de agirem com o coração ou com a cabeça, têm agido com o fígado, ou seja, com a inveja, com as reações menores e com o comportamento hostil de alguns integrantes da Oposição nesta Casa. O Sr. Governador viajou para a Foz do Iguaçu. Não tenho procuração para defendê-lo, mas não podemos aceitar que se faça um cavalo de batalha ante qualquer episódio envolvendo a pessoa do nosso Governador, que está crescendo para ser o próximo Presidente da República.

O Sr. Governador, que também se julga cidadão, como qualquer um de nós, pode ter suas vontades, como a de passear num fim de semana, por ocasião de seu aniversário. Sai de Belo Horizonte e é visto em Foz do Iguaçu fazendo o que qualquer um pode fazer. A imprensa nacional prestou atenção no gesto do Governador porque aonde vai Itamar Franco, a imprensa brasileira vai atrás, por ser ele, hoje, a figura mais expressiva da política nacional. E seguem-se as interpretações do jornal "Estado de Minas", na edição de sexta-feira passada, assinadas pelo colunista Batista Chagas de Almeida, um dos melhores articulistas da imprensa mineira, que diz, em sua nota: "Itamar pegou um voo da Gol para São Paulo, onde pegou um voo da Varig para Foz do Iguaçu, tudo pago de seu próprio bolso". O que há de errado nisso? Deveríamos aplaudir o Governador, que, ao invés de usar jatinhos do Palácio da Liberdade, paga suas próprias passagens. O que o jornalista Batista Chagas de Almeida também lembrou é que a viagem que Eduardo Azeredo fez a Foz do Iguaçu está sendo investigada pelo Ministério Público, porque foi feita em avião do Governo do Estado de Minas Gerais. O mesmo jornal, que noticia a ida do Governador Itamar Franco a Foz do Iguaçu, pagando sua passagem e fazendo suas compras como qualquer cidadão comum, em sua pág. 2 estampa a seguinte manchete: "Ministério Público investiga Azeredo". Viagens feitas com avião do Palácio: no feriado de finados de 1995, Azeredo, Walfrido e familiares foram a Angra dos Reis; no carnaval de 1997, Walfrido e familiares foram a Angra dos Reis; na Semana Santa, Walfrido e familiares foram a Angra dos Reis; em janeiro de 1998, Eduardo Azeredo e familiares foram a Foz do Iguaçu; em janeiro de 1995, Eduardo Azeredo e familiares foram a Ilhéus; na Semana Santa de 1997, Azeredo e família foram a Ilhéus; em 1º/5/98, Walfrido e família foram a Parati. Todas essas viagens foram feitas com aviões pagos pelo contribuinte mineiro. Também outras irregularidades estão sendo investigadas: 38,46% dos processos não possuem notas fiscais de serviços prestados; 53,85% não possuem justificativas demonstrando a necessidade da viagem. Pergunto: O que terão ido fazer os Srs. Governador e Vice-Governador em Ilhéus, Angra dos Reis e Foz do Iguaçu?

Talvez o Governador Azeredo tenha ido a Foz do Iguaçu fazer compras junto com os camelôs, em Ciudad del Leste ou em Foz do Iguaçu. Só que, ao contrário de Itamar, fez essa viagem com avião do Governo e, ao contrário de Itamar, deve ter passado despercebido pelos camelôs, até porque não tinha e não tem nenhuma projeção nacional para ter destacada sua presença naquele local.

Temos de desmistificar, não podemos criticar práticas, buscando erros na atitude do atual Governador, erros que foram cometidos no Governo passado, há pouco tempo, e que estão sendo investigados pelo Ministério Público Estadual. Queremos que se faça justiça.

Não vejo nenhuma atitude ilegal por parte do Governador Itamar Franco, que quis passar seu aniversário natalício em uma cidade do Sul do País. Se ele, por acaso, atravessou a ponte, não quer dizer com isso que fez uma viagem internacional, deixando Minas Gerais sem Governo. Estava no Rio Grande do Sul e, com poucos passos, atravessou a fronteira.

Não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que venha a ser sacrificado, a não ser que isso seja uma nuvem de fumaça para tirar a atenção da opinião pública sobre as verdadeiras irregularidades que estão sendo denunciadas acerca de viagens do Sr. Eduardo Azeredo e seu Vice-Governador para Ilhéus, certamente para hotéis cinco estrelas, para Angra dos Reis, para as delícias das praias cariocas e para outras regiões, usando, vergonhosamente, aeronave do Governo, como se os aviões do Palácio se misturassem com suas propriedades particulares. Isso tem de ser dito, para que não cometamos, todas as horas, aqui desta tribuna, essas injustiças contra o Governador Itamar Franco.

Itamar está crescendo nas pesquisas eleitorais, para desespero de Fernando Henrique, dos tucanos, que, ao que vejo, estão debandando para outros partidos, porque ninguém quer ser sócio do "Titanic" que está afundando, que é o Governo Fernando Henrique Cardoso. Muito obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes, trabalhadores, a maioria dos senhores já ouviu falar da história vitoriosa de minha querida terra natal, Ibirité, sobretudo de uma das maiores obras educacionais de Minas e do Brasil: a Fundação Helena Antipoff. Foi criada em 1939, por D. Helena, que aqui chegou em 1929, oriunda da Rússia; era mestra, professora, cientista, uma pessoa culta, altamente letrada, portadora do dom divino de servir, ensinar, educar os jovens.

Quero fazer uma menção especial ao momento vivido pela Fundação Helena Antipoff. Há alguns anos, encontrava-se relegada a segundo plano, mas, de uns tempos para cá, devido ao desprendimento, à visão, à capacidade administrativa de nossos governantes, toma um novo alento para continuar sua missão histórica de servir a Ibirité e a Minas Gerais.

Há uns dois anos, D. Irene Pinheiro, professora com mais de 50 anos de vida a favor da Fundação, encontra-se na Presidência dessa grandiosa e inestimável obra e, com sua competência, capacidade, seu dom de administrar, conseguiu reestruturar, reencontrar o caminho vitorioso dessa obra vitoriosa. Ao seu lado, está o incansável Ministro Murílio Hingel, homem inteligente, de grande visão e sensibilidade peculiar, principalmente quanto à grande preciosidade que é a Fundação Helena Antipoff.

Assim sendo, iniciou-se uma luta difícil, árdua, sacrificante, mas muito gratificante. E hoje, de forma especial, faço uso desta tribuna para me referir a um decreto assinado pelo Governador Itamar Franco na semana passada: Decreto nº 41.733, de 7/6/2001. O Governador Itamar Franco, homem público vitorioso, inteligente e sábio, homem público empreendedor, vem realizar, de forma maravilhosa, um sonho antigo da mestra Helena Antipoff, de Ibirité, dos nossos jovens, da nossa comunidade: assinou o decreto que institui, efetiva e definitivamente, o curso superior na Fundação Helena Antipoff, a começar com a formação de professores, o que, sem sombra de dúvida, vai atender milhares de jovens do Estado.

Portanto, quero parabenizar essas pessoas, esses dirigentes, esses governantes e, sobretudo, o Presidente Itamar Franco, por realizar, edificar esse sonho de D. Helena Antipoff. Na condição de ex-aluno daquela escola e de Deputado majoritário no Município de Ibirité, tenho certeza absoluta de que D. Helena Antipoff se encontra feliz e realizada por assistir, lá, de cima, a um Governador da mais alta estirpe dar continuação a seu sonho de mais de 50 anos.

Portanto, quero, neste momento histórico da vida educacional de Ibirité, de Minas Gerais e do querido Brasil, registrar a importância, a relevância, o significado histórico e educacional desse decreto assinado pelo Governador Itamar Franco na semana passada. Alguns governantes aqui estiveram para destruir, diminuir essa obra, mas outros, como Murílio Hingel e o Governador Itamar Franco, vêm reerguer essa preciosidade que é a obra deixada por D. Helena Antipoff.

Parabéns, Governador. Que essa instituição continue a ter muita credibilidade e a apresentar uma folha de serviços importantíssima a Minas e ao Brasil.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero chamar a atenção para um tema de suma importância. Após alguma insistência de nossa parte e de alguns Deputados, foi instituída a Comissão Especial para a Rediscussão da Lei Robin Hood, da qual fui designado relator pelo Presidente Alberto Bejani. É uma Comissão muito importante para os

destinos de Minas, principalmente para os municípios carentes. O tempo de sua duração é curto. Devido ao recesso de julho, no mês de agosto, a nossa agenda será muito intensa e movimentada. Peço aos Deputados que fiquem atentos, participem dos debates, dando subsídios e informações, a fim de que os recursos expressivos - 25% do ICMS - sejam, após debates e discussões de alto nível, direcionados principalmente para aqueles que mais necessitam do apoio desta Assembléia e do Governo Estadual. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Kangussu* - Sra. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, visitantes que engrandecem esta Casa; ocupo esta tribuna para fazer um registro da maior importância sobre uma causa humanitária. A Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil do Estado, com o apoio da Rede Globo de Televisão, instituíram uma campanha de solidariedade e cidadania em favor das vítimas da seca no Norte de Minas e no vale do Jequitinhonha. A campanha está arrecadando donativos que serão distribuídos à população dos 141 municípios declarados em estado de calamidade pública, além de 64 municípios em situação de emergência. Até sábado, dia 30 de junho, foram arrecadadas 90 mil cestas básicas para as famílias que não têm nenhum tipo de alimento.

Na próxima sexta-feira, dia 6 de julho, um comboio composto por sete caminhões, coordenado pela Defesa Civil, partirá de Belo Horizonte com destino àquela região; nos Municípios de Pai Pedro e Araçuaí os problemas são mais graves. A campanha de recolhimento de donativos para diminuir os efeitos da seca na vida da população do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha irá até o mês de agosto.

As pessoas que têm solidariedade e desejarem fazer doações podem se dirigir à Rua Tenente Vitorino, 71, Bairro Santa Teresa, ou ligar para os telefones 3482-4898 e 3250-2111, que a Defesa Civil mandará buscar os donativos. Iniciativas como essas merecem o nosso aplauso e a adesão popular, pois as instituições governamentais, em parceria com a Rede Globo, dão exemplo de integração em torno de uma causa nobre. Entretanto, Srs. Deputados, o que nos envergonha e humilha é saber que, entra ano, sai ano, temos de conviver com esse flagelo num país tão rico, mas tão injusto, num país cujos dirigentes pouco se preocupam com políticas públicas que possam corrigir esses terríveis níveis de desigualdade social e regional. É preciso que este parlamento, principalmente no segundo semestre, quando estará tramitando o orçamento do Estado, tenha toda a atenção, quando fizer emendas ao orçamento, para direcionar programas que deem oportunidade a essas populações de desenvolver, e não estar sempre sujeitas a causas humanitárias, que são nobres, mas, de forma nenhuma, resolvem os graves problemas.

Gostaria, também, de informar aos nobres pares que a Bancada do PPS, reunida, resolveu apresentar um requerimento à Mesa, propondo que, no início do próximo semestre, seja realizado um seminário sobre as causas e as conseqüências da fome. Tem de ser já, em agosto, para que possamos, depois de ouvir todos aqueles que têm envolvimento com as causas sociais, durante a tramitação do orçamento, ter um programa social que não só combata a fome, mas também o desenvolvimento.

O nobre Deputado Dinis Pinheiro, que me antecedeu nesta tribuna, falou sobre a Lei Robin Hood, que foi votada na legislatura passada, no Governo de Eduardo Azeredo, e tantos ganhos proporcionou a vários municípios. Acho que é um momento importante: quando estivermos discutindo os critérios da Lei Robin Hood, possamos inserir critérios que corrijam injustiças como essas.

A Deputada Maria Olívia (em aparte) - Deputado Márcio Kangussu, gostaria de elogiar seu pronunciamento. Devo dizer a V. Exa. que a campanha da cesta básica é muito nobre, assim como a solidariedade do povo, mas nós, que temos um trabalho social muito grande e de muitos anos, sabemos que a cesta básica não resolve. Não sou Deputada votada na região de V. Exa., que é muito pobre, mas, na minha região, também existem carências.

É preciso, realmente, que o Governo Federal e o Estadual amenizem o sofrimento. Lamentamos ver, principalmente agora, pela Rede Globo, pessoas morrendo de fome. Ficamos pensando: há quantos anos existe aquela seca, aquela miséria, as pessoas morrendo de fome, a mãe dizendo ao filho que não tem nada para fazer? Esperamos que, um dia, tanto o Governo Estadual quanto o Federal arranjem uma solução, porque o povo quer o trabalho. O pai quer dar comida ao filho com o suor do seu trabalho, quer emprego.

Queremos cumprimentar, principalmente, a Rede Globo, que faz esse trabalho imediato. Que isso sirva de alerta para que o Governo Estadual e o Federal tomem consciência da sua responsabilidade e amenizem a fome não só do Norte de Minas, mas também do Nordeste brasileiro. Muito obrigada pelo aparte.

O Deputado Márcio Kangussu* - Agradeço à nobre Deputada Maria Olívia. Tínhamos absoluta certeza de que poderíamos contar com sua solidariedade, competência e atuação parlamentar para ajudar-nos nessa luta.

V. Exa. chamou atenção para o fato de que a Rede Globo faz um belo trabalho. Todos temos de louvar o trabalho de arrecadação de alimentos, mas talvez o maior trabalho da Rede Globo seja mostrar a miséria que grassa neste País. Ontem, Deputado Marco Régis, o "Jornal Nacional", da Rede Globo, fez uma reportagem em que mostrou que 50 milhões de criaturas neste País vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, com menos de R\$80,00 por mês. Pergunto a V. Exa., Deputado Marco Régis, e a todos aqui até quando os poderes públicos, e até nós mesmos, iremos abusar da paciência dos miseráveis deste País, sem lhes dar condições de crescer.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Quero parabenizar V. Exa., Deputado Márcio Kangussu, não só por trazer o tema à tribuna desta Casa, mas pela sua iniciativa junto à nossa bancada. Na verdade, a modéstia de V. Exa. de ser o mentor da idéia de promover, nesta Casa, um seminário incorporou-nos a todos, Deputado Wanderley Ávila, que ora preside esta sessão; Deputado Luiz Menezes, nosso companheiro, e Deputado Fábio Avelar, que neste momento está numa reunião da Comissão do Meio Ambiente.

V. Exa. foi feliz na iniciativa de pensar na promoção desse seminário, porque o debate do tema da miséria e da fome nunca será demais. Demais é as pessoas passarem fome. Isso é redundância mas tem de ser mostrado, permanentemente, para aquelas pessoas insensíveis, de coração petrificado, dos usurários, que pensam que vão carregar, depois da morte, a riqueza que amealham, muitas vezes às custas da exploração do capital, do comércio de drogas, de todas as atividades ilícitas; dos banqueiros que exploram este País e que nunca se contentam com o que lucram, que se enriquecem com a inflação ou com a estabilidade econômica.

Por isso, quando vimos ontem e semana passada aquela série de reportagens que chocou a população, achei que devia ser assim mesmo. Tem que causar impacto, porque temos que nos mobilizar numa luta cotidiana que se faz no nosso território político. Temos que promover mudanças no País buscando a justiça social através de melhor distribuição de renda. O nosso País é dos maiores de concentração de renda do planeta. Temos que mostrar, demonstrar e propugnar por essa transformação social. Tenho certeza que é isso que V. Exa. propõe quando busca trazer mais seminário a esta Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu* - Deputado Marco Régis, além de Parlamentar, antes de tudo é médico e humanista, já deve ter se defrontado, várias vezes, com pessoas desnutridas. E a causa da moléstia era fome. Folgo-me de ter como colega de Bancada os Deputados Marco Régis, Luiz Menezes, Fábio Avelar e o Presidente da sessão, Deputado Wanderley Ávila, porque aqui estaremos numa vigília cívica, cobrando e denunciando o descaso em que os poderes públicos deixam os miseráveis e os famintos do País. A ganância de poucos contribui para a miséria de muitos. Não vamos concordar mais com essa situação.

Sr. Presidente, é bom que se use também essa tribuna para fazer um alerta. O ano que vem é eleitoral e nessas regiões pobres aparecem alguns políticos que não tem o mínimo compromisso com aquelas regiões, oferecendo o céu e o mel porque aproveitam da situação de miséria daqueles pobres coitados. Sabem que aquela população só enxerga o momento. Não enxerga o ontem nem o amanhã. A perspectiva do amanhã para eles é sombria e, às vezes, não permite que os legítimos representantes dessas regiões, onde a miséria está cada vez mais patente, façam o seu trabalho parlamentar e político.

Vamos estar vigilantes a tudo isso. Desta tribuna, nas comissões temáticas, na imprensa e onde pudermos ter voz iremos externá-la. O nosso propósito, mesmo que utópico, é "fome zero". Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A Presidência não poderia se furtar à oportunidade de cumprimentar o Deputado Márcio Kangussu pelo excelente trabalho que presta a esta Casa. S. Exa. sente na pele e é autêntico representante do vale do Jequitinhonha na Casa.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Batista de Oliveira - Caro Presidente, Deputado Antônio Júlio, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, trabalhadores da área da educação presentes, trabalhadores do Bingos presentes, militantes do movimento dos "gays" e das lésbicas de Belo Horizonte, Grupo Guri, Associação dos Travestis de Belo Horizonte e todas as entidades representativas, cabe a mim prestar-lhes um esclarecimento.

Sobre esse projeto, relatado pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão, em 1999, na Comissão de Justiça, emitiu-se parecer pela inconstitucionalidade. Posteriormente, por solicitação deste Deputado, a Consultoria desta Casa se aprofundou na matéria, apresentando proposta de substitutivo que corrigia a inconstitucionalidade apontada pelo relator. Solicitamos a rejeição desse parecer em função de fato novo, sendo que temos, da Consultoria Jurídica da Assembléia, nova versão do projeto, que a ele será anexada durante sua tramitação. Trata-se de projeto de cidadania, prevendo punição contra os que discriminarem pessoas em função de sua orientação sexual. No Brasil, pessoas são espancadas e assassinadas devido à sua orientação sexual. Esta Casa, rejeitando esse parecer e votando o projeto, dará um basta à intolerância em nosso Estado, legislando para todos os mineiros. Solicito, desta tribuna, a rejeição desse parecer, para que intolerância seja contida e esta Casa mostre de que lado se encontra. Esperamos que esta Assembléia produza uma legislação para que cidadãos defendam seus direitos em ampla igualdade de condições.

Solicito aos Deputados que se levantem, dando seu voto contra o preconceito, contra a discriminação, a intolerância e o ódio. É o que solicito em nome da democracia, dos direitos humanos e, principalmente, contra a injustiça. Obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias, reforçamos a colocação do Deputado João Batista de Oliveira, a fim de que esta Casa demonstre que o povo mineiro não tolera a discriminação e o preconceito que levam à violência em alguns segmentos da sociedade. Destacamos as mulheres, os negros e, de forma especial, a comunidade "gay", que é violentada no seu dia-a-dia. Lendo o relatório, preocupou-me o relator remontar o fato a uma contravenção penal.

Sabemos, nobres Deputados, que lutar contra o crime em si não é muito fácil, pelas dificuldades que temos em nível operacional. Tenho 26 anos como Delegada de Polícia, 21 deles à frente da polícia operacional. Sabemos que, por mais empenho que as autoridades policiais tenham, a contravenção é o que poderíamos vulgarmente chamar de crime anão. Frente ao Poder Judiciário, as penas para as contravenções são muito pequenas, não levam a lugar nenhum. Entendemos que, com a punição administrativa que pretende esse projeto de lei, faremos com que as pessoas sejam respeitadas por sua opção sexual. Opção sexual cabe a cada ser humano.

Nós, como cristãos, como pessoas, temos a responsabilidade de respeitar a opção alheia; não podemos permitir a continuação da discriminação, do preconceito que paira sobre esse segmento da nossa sociedade.

Quero também fazer apelo para que os Srs. Deputados votem pela derrubada desse parecer, para que tenhamos oportunidade de fazer uma discussão mais ampla, para que cada um dos pares desta Casa sinta e veja o que acontece com esse segmento da sociedade, vítima da discriminação e do preconceito. Volto a afirmar que esse preconceito muitas vezes leva à violência. Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero reforçar a solicitação feita pelos Deputados João Batista de Oliveira e Elaine Matozinhos sobre a necessidade de se manter o projeto de lei do Deputado João Batista de Oliveira, que dispõe sobre sanções às práticas discriminatórias contra pessoas em virtude de sua orientação sexual, para que ele tramite, dando oportunidade de discutirmos seu conteúdo, seu mérito.

Julgo fundamental que esse debate repercuta na Assembléia, porque é importante para a sociedade brasileira como um todo. O projeto não pode ser sepultado com parecer por sua inconstitucionalidade. Se, por acaso, houver algum aspecto inconstitucional, é possível que, em outras comissões, isso seja sanado. Esta é a intenção, inclusive, do relator: que seja sanado a partir do processo de continuação da discussão.

Acho impossível que continuemos convivendo com práticas que discriminam pessoas em virtude de sua orientação sexual. É um grito que a sociedade já deu, uma mobilização que já existe não apenas no Brasil, mas também no mundo e chegou até nós em forma de uma organização para que as pessoas tenham seus direitos respeitados. Trata-se da defesa dos direitos mínimos das pessoas. É esse o sentido do projeto.

Quero parabenizar o Deputado João Batista de Oliveira por esse projeto. A partir da derrubada, que acho que acontecerá, do parecer pela inconstitucionalidade, passará a ser um projeto não apenas do Deputado, mas também, com certeza, da Assembléia, para discussão na Casa do povo de Minas Gerais. Conto com os Deputados para mantermos o projeto tramitando, a fim de derrubar o parecer pela inconstitucionalidade. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome do PPS, que tem um brilhante Líder, o Deputado Márcio Kangussu, em nome dele e dos Deputados Wanderley Ávila, Luiz Menezes, Fábio Avelar, que, neste momento, está na Comissão de Meio Ambiente, e no meu próprio nome, venho dizer que votaremos pela derrubada do parecer. O PPS é um partido que tem sensibilidade suficiente para perceber que, no mundo hodierno, não compete mais tal discriminação.

Neste momento, não estamos discutindo o mérito do projeto, mas sua tramitação nesta Casa, porque não é possível, por preconceito, por discriminação, barrar a matéria na Comissão de Constituição e Justiça, que é tão importante. Infelizmente, o partido não acompanhou devidamente a tramitação nessa Comissão. No entanto, no momento em que vem a Plenário, teremos quatro votos a favor da derrubada do parecer.

Entendemos que a orientação sexual é uma opção pessoal e inalienável do ser humano. Como médico, sabemos que pode ser uma opção pura e simples; pode ser fruto da inserção social; pode advir de fontes biológicas; pode ter origem genética. Mas, seja qual for o caminho que leve à orientação sexual, o cidadão tem o direito de exercê-la na plenitude, sem discriminação. Por isso, o PPS não tem dúvida: seus quatro Deputados, em Plenário, votarão pela derrubada do parecer.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros que nos visitam nas galerias, acho que esta Casa está fazendo o seu papel: traz para os representantes do povo mineiro todas as grandes discussões.

Parabenizo o Deputado João Batista de Oliveira por sua luta, por seu empenho. Esse projeto vai afastar, definitivamente, a discriminação. Estamos, realmente, no fórum adequado para discutir esse tipo de problema. A opção sexual é de cada um, está no foro íntimo do indivíduo, e cabe a nós, Deputados, e à população respeitar isso. Esta Casa vai saber respeitar a opção sexual de cada indivíduo.

Parabéns ao Deputado João Batista. O PDT entrou nessa luta, está nessa luta e pede a colaboração desta Casa para ampliar a discussão. Fomos eleitos para legislar em nome do povo mineiro.

Tenho certeza absoluta de que o povo mineiro quer o melhor para a sua gente. Mostraremos que esta Casa é o grande fórum para essa discussão. Parabéns, Deputado João Batista, senhores e senhoras, categoria "gay". Acho que cada um sabe o que quer e o que é melhor para si. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, professores, educadores, amigos, vou fazer uma reflexão bastante rápida para encerrar esse encaminhamento. Gostaria, antes de mais nada, de parabenizar a lucidez do ilustre Deputado João Batista de Oliveira, que tem emprestado a sua inteligência, a sua dedicação e a sua dignidade em defesa do povo mineiro.

Esse projeto está tramitando nesta Casa desde o ano de 1999. Graças à persistência desse grande defensor, desse grande parlamentar mineiro, estamos, neste momento, realizando uma discussão mais ampla e, conseqüentemente, uma votação. Existem certos aspectos de foro íntimo, que não é pessoal, é personalíssimo, assegurados pela Constituição, pela Declaração dos Direitos Universais do Homem. Parabenizo o ilustre Deputado João Batista de Oliveira, que, por sua altivez e determinação, traz a esta Casa uma discussão da mais alta relevância para o povo mineiro. Somente assim, ilustre Deputado, conseguiremos amadurecer. Esse é o dever do parlamento mineiro. Temos a certeza absoluta de que esse projeto resgatará a dignidade e a cidadania do povo mineiro. Parabéns, Deputado João Batista de Oliveira.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, estamos encaminhando o Projeto de Lei nº 1.431/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação. Nossa bancada não tem objeção contra o projeto, e sabemos que o Governo precisa da sua aprovação, até mesmo, para viabilizar o concurso público, cujo edital já foi liberado.

Nasceu, nesta Casa, a emenda do Deputado Cristiano Canêdo, que transfere a estrutura da UEMG e da UNIMONTES da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia para a Secretaria de Estado da Educação. À primeira vista, pode parecer, pura e simplesmente, um processo de liberação de uma Pasta e absorção por outra.

Mas, Sr. Presidente, queremos falar da nossa decepção com a liderança do Governo no sentido da falta de negociação; sua intransigência, parecendo estar, simplesmente, acatando uma ordem do Palácio da Liberdade, não abrindo mão de nenhuma negociação com relação ao projeto. Pensamos que esta Casa não se encontra preparada para votar uma matéria de tamanha relevância. Falo na condição de Presidente da Comissão de Educação. Discutimos o projeto e confesso estar absolutamente despreparado para votar essa emenda, pelo que pode representar a transferência da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Secretaria da Educação. Não entendemos, inclusive, o desejo do Governo de fazer essa mudança tão rapidamente, tão abruptamente, já que ela não fez parte do projeto original encaminhado a esta Casa. Essa necessidade nasceu de repente, em forma de emenda, e, agora, parece que o Palácio da Liberdade enxergou algo que não estamos enxergando. Como diz o ditado da roça: "Por debaixo desse angu, tem carço".

O pedido feito ao Líder do Governo é que esse assunto seja discutido nesta Casa para nos debruçarmos sobre ele, com todos os atores da questão: UEMG, UNIMONTES, os dois Reitores, os dois Secretários de Estado, a comunidade universitária, os estudantes, os professores e os Diretores. Ai, sim, esta Casa terá condições de fazer uma mudança dessa natureza.

Preocupo-me com essa votação. Temos, em São Paulo, repito, a USP, a UNESPE e a UNICAMP, vinculadas à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Isso não é por acaso. Fizemos uma consulta por telefone, e a primeira impressão que tivemos, infelizmente, foi que não teremos tempo para nos aprofundar nisso, mas a vinculação de recursos orçamentários, como temos hoje, de 2% das receitas ordinárias correntes de Minas devem ser aplicadas na UEMG e na UNIMONTES. Certamente, com a transferência para a Secretaria de Estado da Educação, pode ser que isso fique embutido em, no mínimo, 25%, e perderíamos todo o esforço hercúleo que esta Casa empreendeu por muito tempo.

Vamos assumir uma responsabilidade e, quem sabe, em um futuro próximo, seremos responsabilizados caso a UEMG e a UNIMONTES não avancem, continuem sem os recursos necessários para se expandir no Norte de Minas e no Jequitinhonha. Essa é a preocupação maior.

Insisto com o Líder do Governo: não estamos pedindo que as duas estruturas deixem de ir para a Secretaria de Estado da Educação, não estamos com essa preocupação; queremos, simplesmente, discutir o assunto.

A mensagem do Governador está aqui desde o dia 13 de março, mas essa emenda, especificamente, não teve tempo de ser discutida. O relatório do Deputado Antônio Carlos Andrada foi emitido e votado no 1º turno, mas conforme um acordo: a realização da audiência pública após a votação do projeto em 1º turno. Segundo a Comissão de Educação desta Casa, não o Deputado Paulo Piau, não estamos preparados para votar essa matéria. Poderemos cometer um equívoco muito grande.

Nossa proposta é que seja retirada a emenda, seja feito um projeto específico e nós nos debruçemos sobre ele. Se for bom para Minas e seu povo, com certeza, terão o apoio não só meu, como Deputado, mas também de toda Bancada do PFL.

Fica, mais uma vez, esse apelo e a preocupação de esta Casa estar cometendo um equívoco. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, jornalistas, pessoas que acompanham a TV Assembléia, pessoas que se encontram nas galerias. Ao iniciar este encaminhamento de votação, queremos esclarecer que a Bancada do PFL é inteiramente favorável às Emendas nºs 2 e 3. Nossa resistência é com relação à Emenda nº 1, pois, a nosso ver, é o mesmo que o criador voltar-se contra a criatura. A Assembléia Legislativa criou a Universidade do Estado de Minas Gerais nas disposições transitórias. Tempos depois, votou-se aqui uma proposta de emenda à Constituição atribuindo à UEMG e à UNIMONTES 2% do orçamento do Estado. Agora, com essa mudança, estamos entendendo que deixam de ficar na Ciência e Tecnologia e vão para a Educação.

Como é público e notório, a Educação gasta muito mais do que os 25% que deve gastar com ensino fundamental e médio. Conseqüentemente, o Governo pode, se quiser, desincumbir-se da obrigação dos 2%, já que passam, agora, a pertencer a uma estrutura que já gasta mais do que deveria.

Quando encaminhamos contrariamente à Emenda nº 1, não o fazemos por preconceito. Para nós, da Oposição, se a UEMG for para a Secretaria da Educação, o nosso prestígio será o mesmo; se continuar na Ciência e Tecnologia, o nosso prestígio será o mesmo. Portanto, não é uma deliberação política, mas a preocupação de que o criador possa matar a criatura.

É um fato que pode estar acontecendo. Se isso estiver acontecendo, ficarão o PFL e os outros partidos da Oposição desincumbidos dessa página negra da história. Por quê? Porque estamos alertando a população de Minas Gerais, os corpos docente e discente da UEMG e os Deputados: ninguém consegue entender por que agora, depois de ter argüida, no Supremo, a inconstitucionalidade da emenda constitucional que destinou 2% para a UEMG, apareceu essa emenda. Quero deixar claro: a inconstitucionalidade foi argüida sem conseguir liminar, ou seja, nada aconteceu liminarmente.

Portanto, é uma preocupação que estamos levando à opinião pública de Minas Gerais; se, por acaso, a UEMG e a UNIMONTES ficarem sem condições, sem instrumento legal para cobrar a aplicação dos 2% da emenda constitucional, pois estão indo para uma Secretaria que gasta muito mais do que o limite constitucional, a história julgará os nossos atos, a nossa participação e a nossa preocupação.

Por último, ao encaminhar contrariamente à Emenda nº 1, quero lembrar que as Emendas nºs 2 e 3 são justas e os servidores as esperam. Por isso, o PFL votará a favor delas. Mas a Emenda nº 1 vai ficar para a consciência de cada um. Votarei pela manutenção da UEMG e da UNIMONTES na Ciência e Tecnologia. Os que fizerem o contrário serão, num futuro próximo, julgados por esse ato.

O Deputado Mauro Lobo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes, com relação ao Projeto de Lei nº 1.431, iniciaria dizendo que o PSDB também apóia as Emendas nºs 2 e 3. Penso que temos que fazer ressalvas quanto à Emenda nº 1.

Não poderia me omitir nessa discussão, já que passei pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, à qual estavam vinculadas as duas universidades estaduais. É bom lembrar a estrutura dessa Secretaria: tem as duas universidades, como instituições vinculadas, o CETEC, o IGA, o IPEM e a FAPEMIG. São duas unidades de desenvolvimento e tecnologia, o IGA e o CETEC, uma financiadora de pesquisas, a FAPEMIG, e o IPEM, responsável pela metrologia legal, por meio de convênio com o INMETRO.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia, em diversos Estados, tem uma determinada composição. Nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, o desenvolvimento tecnológico é mais avançado, e a pesquisa conta com mais recursos. Em São Paulo, isso se deve aos investimentos que têm por finalidade o desenvolvimento científico e tecnológico. A Secretaria de Ciência e Tecnologia abrange não só os institutos de pesquisa e a financiadora de projetos, mas também as duas universidades mais importantes do País. Além disso, é uma Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento, cujo papel é o mesmo da Secretaria de Indústria e Comércio de Minas. Enquanto, em São Paulo, existe uma visão ampla e holística de uma Secretaria de Ciência e Tecnologia, em Minas desejam diminuir a importância da ciência e tecnologia, tirando-lhe duas Secretarias. Assim, de um lado, teremos os institutos de pesquisa, de divulgação e de difusão tecnológica numa Secretaria, e a pesquisa vai para uma Pasta que não tem tradição nessa área. Temo que uma Secretaria seja esvaziada e não se amplie a atuação das duas universidades, porque a Pasta da Educação é, tipicamente, voltada para o ensino básico e médio.

Estão querendo fazer uma analogia com o Ministério da Educação, dizendo que as universidades estão vinculadas àquele órgão. Mas é preciso lembrar que aquele poderia ser chamado de Ministério da educação superior, porque cuida, basicamente, do ensino superior. Fica a nossa preocupação com a Emenda nº 1, que pode ser o início do fim da área de ciência e tecnologia em nosso Estado, a qual, pelo contrário, teria de ser valorizada com suas instituições. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em nome da Bancada do PT, encaminho pela aprovação do projeto do Governo do Estado, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria da Educação, que se faz necessária. Fui o relator do projeto na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Alguns pontos ainda são polêmicos no que diz respeito à emenda, à transferência da UEMG e da UNIMONTES para a Secretaria da Educação, em vez de permanecer na Secretaria de Ciência e Tecnologia. Vamos votar favoravelmente às Emendas nºs 2 e 3. As outras foram apresentadas no 2º turno e não constam do nosso parecer. Solicitei que fossem votadas separadamente, mas, a pedido do Presidente, retiramos o destaque das Emendas nºs 4, 5 e 6.

Sr. Presidente, quero expor a nossa opinião sobre o porquê de quisermos a permanência da UEMG e da UNIMONTES na Secretaria de Ciência e Tecnologia nesse momento. Quando fui relator, tive o cuidado de procurar saber a opinião da própria Secretaria de Estado da Educação. No contato que fiz, obtive a informação de que a UEMG e a UNIMONTES, na opinião da Secretaria da Educação, deveriam permanecer na Secretaria de Ciência e Tecnologia. Isso nos foi repassado pela própria Secretaria da Educação, que não almejava, naquele momento, que essas universidades saíssem da Pasta de Ciência e Tecnologia para a Pasta da Educação. Então, não me foi comunicado o real motivo pelo qual a Secretaria da Educação vem requerer que a UEMG e a UNIMONTES façam parte de sua estrutura. Ao que me consta, a Secretaria de Ciência e Tecnologia continua buscando para si a continuidade da UEMG e da UNIMONTES.

Acho, então, que não deveríamos fazer essa modificação de forma atropelada, sem discutir as consequências. Uma coisa é certa: o Governador está com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para barrar aquilo que aprovamos, que obriga que 2% do orçamento vá para a educação, no que diz respeito à UEMG e à UNIMONTES. De fato, pelo estudo que estamos fazendo, pode haver uma facilitação da ação do Governador contrária a esses 2%. Por si só, esse já seria motivo para que permanecêssemos com a UEMG e a UNIMONTES na Pasta da Ciência e Tecnologia. Faço um apelo aos Deputados para que não aprovemos isso desta forma.

A segunda questão é que a aprovação desse projeto nos coloca na obrigação de cobrar uma reorganização, pela carreira, do pessoal global do magistério, até para desfazer o aumento diferenciado, que acabou gerando injustiça. Os trabalhadores da educação no magistério, até hoje, não têm o plano de carreira que foi prometido pelo Governador, em campanha, e reiterado na greve. O projeto procura reorganizar o quadro da Secretaria, mas deixa pendente o caso das escolas. Faço essa cobrança e espero que o Governador do Estado cumpra o compromisso feito na última greve dos professores.

São essas as questões que gostaria de levantar em relação a esse projeto. Sou favorável ao conjunto das emendas, à exceção da transferência da UEMG e da UNIMONTES, pelo menos, para que possamos fazer, no segundo semestre, um estudo para ver se isso é bom ou ruim. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos encaminhar contrariamente à proposta de se transferir a UEMG e a UNIMONTES para a Secretaria da Educação.

Achamos que é uma grande estratégia do Governo para não aplicar o recurso da emenda constitucional aprovada nesta Casa, vetada a emenda do orçamento para o cumprimento dessa emenda constitucional, e, finalmente, derrubado o veto nesta Casa. A alegação do Governo será a de que é 25% o mínimo constitucional, daí porque já está cumprindo esse quantitativo. Achamos que será um retrocesso. Diria até mais, faria um apelo para que o próprio Líder do Governo e os Deputados da base de Governo derrotassem essa proposta, porque já existe um grupo de trabalho, nesta Casa, que vai discutir sobre a UEMG como um todo. E, ao final desse estudo, desses debates, dessas audiências públicas, certamente, esta Casa terá uma proposta, e, aí, de acordo com essa nova proposta, será oportuno discutir se ficará vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia, à Secretaria da Educação, se não ficará vinculado a nenhuma delas ou a uma terceira. Não sei a que conclusões chegaremos, mas o fato é que estamos tentando remendar algo que já foi remendado e já há uma comissão discutindo essa questão. Estamos nos antecipando às conclusões dessa comissão de trabalho, constituída suprapartidariamente.

A informação que temos é a de que o Governo diz que a UEMG, da forma como está, não se sustenta, está tudo errado. Ora, se está tudo errado, corrigirá, se for para a Secretaria da Educação? Fica claro para nós que a idéia não é apenas transferir para a Secretaria da Educação, porque mudar de uma Secretaria para outra não vai alterar em nada, pelo contrário, deve até piorar. Mas o Governo atenderá aquilo que queria, que é não alocar os R\$106.000.000,00 previstos no orçamento, que foram vetados pelo Governador. E ele tem demonstrado claramente que não quer. Em primeiro lugar, porque não tem aptidão nenhuma para governar.

Aliás, deixo uma pergunta no ar: onde está o Governador? O Vice, parece-me que está na China. O Governador estava em Foz do Iguaçu, e, depois, no Rio de Janeiro, ou seja, não está interessado nas questões de Minas Gerais, para construir, mas, para destruir, sim.

O grande ganho que esta Casa, os alunos e os professores da UEMG alcançaram foi a derrubada do veto. Ele quer agora, num passe de mágica, tirar esse ganho, porque é claro que, se transferir para a Secretaria da Educação, vai alegar que já está gastando os 25% constitucionais mínimos e não terá que gastar aquilo que a Constituição do Estado define, mais esses 3%. Então, nosso encaminhamento é contrário.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/7/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, observadas as disposições contidas na Resolução nº 5.100, de 29/6/91 e no art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.090, de 17/12/90, bem como na Lei nº 9.532, de 30/12/87, aplicada nesta Assembléia Legislativa por força do art. 21 da Lei nº 9.592, de 14/6/88, à vista do disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, no § 2º do art. 3º da Emenda a Constituição nº 20, de 15/12/98, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 4/6/2001, Maria da Conceição Soares, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com proventos taxados no cargo que exerce, e conforme a situação funcional em 16/12/98.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, observadas as disposições contidas na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, bem como na Lei nº 9.532, de 30/12/87, aplicada nesta Assembléia Legislativa por força do art. 21 da Lei nº 9.592, de 14/6/88, à vista do disposto no inciso I do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, no § 2º do art. 3º da Emenda a Constituição nº 20, de 15/12/98, e nos termos do Parecer nº 4.130/2001, da Procuradoria-Geral da Casa, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez permanente, com proventos integrais, a partir de 16/7/2001, José Máximo Leão, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete II, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Israel Regis Pontes Filho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Antônio Carlos Doorgal de Andrada, matrícula 2594-1, no período de 21/2/2001 a 22/2/2001.

Mesa da Assembléia, 13 de julho de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Antônio Carlos Doorgal de Andrada, matrícula 2594-1, no período de 27/3/2001 a 29/3/2001.

Mesa da Assembléia, 12 de julho de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Antônio Carlos Doorgal de Andrada, matrícula 2594-1, no período de 3/4/2001 a 4/4/2001.

Mesa da Assembléia, 12 de julho de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Antônio Carlos Doorgal de Andrada, matrícula 2594-1, no período de 10/4/2001 a 11/4/2001.

Mesa da Assembléia, 12 de julho de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Antônio Carlos Doorgal de Andrada, matrícula 2594-1, no período de 12/6/2001 a 13/6/2001.

Mesa da Assembléia, 12 de julho de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Antônio Carlos Doorgal de Andrada, matrícula 2594-1, no período de 27/6/2001 a 28/6/2001.

Mesa da Assembléia, 12 de julho de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Dimas de Melo Pimenta S.A. – Indústria de Relógios. Objeto: manutenção preventiva e corretiva de 10 relógios de ponto. Objeto deste aditamento: alteração de CNPJ. Vigência: a partir da assinatura.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 13/7/2001, na pág. 19, col. 3, onde se lê:

"Enilson Heiderick Júnior", leia-se:

"Enilson Oliveira Heiderick Júnior".